A QUARTA TEORIA POLÍTICA

de

Aleksandr Dugin

UM PEQUENO RESUMO

2026

A QUARTA TEORIA POLÍTICA

de
Aleksandr Dugin

UM PEQUENO RESUMO

Para quem não conhece os conceitos da "Quarta Teoria Política" ou para quem nunca leu o livro "A Quarta Teoria Política", de Aleksandr Dugin, aqui está um curtíssimo resumo.

Então, "A Quarta Teoria Política", de Aleksandr Dugin, é um livro que nasce da sensação de fim de uma época. O seu ponto de partida é a ideia de que as grandes ideologias do século XX — liberalismo, comunismo e fascismo — entraram em colapso ou esgotaram-se historicamente, deixando um vazio intelectual e político. Dugin escreve como quem olha para os destroços do século passado e pergunta não apenas o que restou, mas o que ainda pode ser construído depois da ruína. Nesse sentido, o livro não é só uma proposta política: é também um diagnóstico civilizacional, quase um manifesto contra a uniformização do mundo contemporâneo.

A tese central é simples de formular, embora complexa nas consequências: se o liberalismo venceu os seus rivais históricos, isso não significa que tenha vencido a história. Para Dugin, o liberalismo tornou-se a ideologia dominante, mas essa dominância produziu um mundo empobrecido espiritualmente, tecnocrático e sem profundidade metafísica. O indivíduo, celebrado como centro absoluto, passa a existir isolado, dissolvido em consumo, mercado e administração. A política, nessa visão, perde substância e vira gestão. O livro insiste que esse esvaziamento não é neutro: ele representa uma forma específica de poder, que se apresenta como universal, mas que destrói diferenças culturais, identidades coletivas e tradições locais.

Dugin tenta então abrir espaço para uma "quarta" teoria, isto é, uma alternativa às três grandes ideologias modernas. Todavia, essa alternativa não é apresentada como um sistema fechado, pronto e conclusivo. Ela aparece mais como uma busca, uma

arquitetura em construção, uma convocação para pensar além das categorias herdadas da modernidade. Em vez de repetir o jogo já conhecido entre Estado, mercado e revolução, ele propõe recuperar algo anterior e mais profundo: a noção de povo, tradição, destino histórico, enraizamento e pertença. A sua crítica mira sobretudo o sujeito liberal, abstrato, individualizado, desligado de laços orgânicos, porque para ele esse sujeito é a peça central do domínio moderno.

O livro também é fortemente marcado por uma rejeição da ideia de que a história caminha inevitavelmente para uma ordem única. Contra o universalismo liberal, Dugin defende uma visão plural do mundo, formada por civilizações distintas, cada uma com a sua verdade histórica e a sua missão própria. Aqui há uma das dimensões mais importantes da obra: o desejo de substituição do modelo homogéneo por uma política das diferenças civilizacionais. O mundo, nessa leitura, não deveria ser uma cópia ampliada do Ocidente liberal, mas sim uma constelação de centros culturais com direito à autonomia espiritual e política.

Ao mesmo tempo, o livro opera em um terreno perigoso e controverso. Dugin tenta afastar-se explicitamente do fascismo e do comunismo clássicos, mas o seu vocabulário frequentemente reaproveita temas de tradição, organicismo, unidade coletiva e antindividualismo que podem soar inquietantemente próximos de formas autoritárias de pensamento. É precisamente aí que a obra divide os leitores: para alguns, trata-se de uma crítica ousada ao esvaziamento da política moderna; para outros, de uma tentativa de reembalar impulsos antiliberais em linguagem filosófica. O texto não seduz pela moderação, mas pela força da ruptura.

Interpretativamente, o livro pode ser lido como uma recusa do presente. Dugin escreve como se a modernidade tivesse produzido não apenas progresso técnico, mas também desorientação metafísica. O ser humano, afastado de qualquer centro sagrado, passa a flutuar entre identidades provisórias. A "quarta teoria política" surge, então, como uma tentativa de devolver densidade ao mundo. O que está em jogo não é apenas uma disputa entre sistemas políticos, mas a reconstrução do sentido. Em vez da liberdade abstrata, ele sugere pertença; em vez da igualdade formal, diferença histórica; em vez do consumo, destino; em vez da neutralidade, visão de mundo.

Há, porém, uma tensão interna decisiva no livro: Dugin critica a modernidade com força, mas precisa usar categorias modernas para construir a sua crítica. Ele rejeita o universalismo liberal, mas formula a sua alternativa em termos igualmente abrangentes e ambiciosos. Quer superar a política moderna, mas ainda fala em teoria, modelo, sistema e horizonte civilizacional. Essa tensão dá ao livro a sua energia e também o seu limite. Ele não é uma doutrina acabada; é uma provocação intelectual que depende da insatisfação com o mundo actual.

Em termos de estilo, a obra funciona como um chamado. Não pretende apenas argumentar; pretende mobilizar. O seu tom é profético, às vezes apocalíptico, frequentemente inflamado. O leitor não é conduzido por uma exposição neutra, mas por uma narrativa de decadência e possibilidade. Primeiro vem a constatação do colapso: as

ideologias modernas falharam. Depois, a pergunta essencial: o que vem depois?... A resposta de Dugin não é tecnicamente detalhada, mas simbolicamente forte. Ele quer reabrir o espaço da decisão histórica, como se dissesse que a humanidade ainda não terminou de escolher quem deseja ser.

No fundo, o livro é menos uma solução do que uma guerra contra a resignação. A sua ambição é contestar o monopólio do liberalismo sobre o imaginário político contemporâneo. Mesmo para quem discorda radicalmente das suas conclusões, a obra obriga a pensar sobre uma questão incómoda: o que acontece quando uma ordem vence todas as outras e passa a parecer natural, inevitável, sem alternativa?... Dugin responde tentando reintroduzir a possibilidade do conflito de ideias em escala civilizacional.

Como resumo interpretativo, pode-se dizer que "A Quarta Teoria Política" é o esforço de construir uma política para depois do fim das ideologias clássicas, mas também uma denúncia da pobreza espiritual da modernidade liberal. O livro combina crítica do individualismo, exaltação da tradição, defesa do pluralismo civilizacional e recusa da hegemonia ocidental. A sua força está na ambição; o seu risco está na proximidade com visões autoritárias. Lido como texto filosófico, ele é uma tentativa de restaurar profundidade ao debate político. Lido como projecto histórico, ele é um lembrete de como a busca por alternativa pode facilmente deslizar para formas rígidas de poder. Ainda assim, é justamente nessa ambiguidade que o livro permanece relevante: ele não oferece conforto, mas inquietação. E, em matéria de pensamento político, a inquietação às vezes vale mais do que a certeza.